Mala Direta Postal
Básica
9912345995/2013-DR/PR
CRC - PR
CORREIOS

Folha do CRC PR
Conselho Regional de Contabilidade do Paraná

Ano 14 - out/nov 2014 - Edição nº 79

Fóruns debatem a contabilidade pública e o 3º setor

Dois grandes fóruns, um em setembro e outro em outubro, reuniram, juntos, cerca de 800 pessoas, no auditório do CRCPR, para debater problemáticas do 3º Setor e das novas regras da contabilidade pública. Chamar a atenção para a importância da contabilidade, auditoria, adequação à legislação, sistema de tributação, prestação de contas e o e-social foi a principal finalidade do 1º Fórum Paranaense do Terceiro Setor, dia 24 de setembro, das 8h às 17h. Já o sistema de custos do Exército, a contabilidade como instrumento de transparência e estímulo à participação popular na gestão pública, o papel dos tribunais de contas, avaliação e mensuração do patrimônio público, as responsabilidades civil e criminal dos contadores, os desafios e contribuições do controle interno no processo de implantação da nova contabilidade pública e sua repercussão no âmbito dos municípios paranaenses foram assuntos discutidos no I Fórum Paranaense de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, dias 23 e 24 de outubro, no auditório do CRCPR. (Pág 4 e 5, 6 e 7).

Remetente: Rua XV de Novembro, 2987 - Alto da XV - CEP: 80045-340 - Curitiba - PR

PARA USO DO CARTEIRO					
[ ] Mudou-se [ ] Endereço Insuficiente [ ] Falecido	[ ] Ausente [ ] Desconhecido	[ ] Não Procurado [ ] Recusado porteiro ou síndico	[ ] Inf. escrita pelo [ ] Não existe o nº indicado	Reintegrado ao serviço postal em:	Assinatura do Entregador

Força política

editorial

Lucelia Lecheta
Presidente do CRCPR

A classe contábil brasileira, que já supera meio milhão de profissionais em atividade, no país, vem passando por mudanças substanciais, todas no sentido de reconhecimento do seu trabalho, quer na gestão pública quer nas empresas.

Nós podemos, de fato, ajudar o Brasil a acelerar o ritmo nas respostas aos macrodesafios da criação de um ambiente econômico com mais oportunidades de desenvolvimento e crescimento; mas, para tanto, precisamos nos desvencilhar de uma cultura que ainda nos obriga a permanecermos presos a tantas obrigações e burocracias; principalmente, precisamos ter mais participação nas instâncias onde as decisões são tomadas.

Recentemente, obtivemos uma conquista histórica no Paraná - a assinatura do Decreto nº 12.232 que desburocratiza uma série de procedimentos em nossa atividade, como a desvinculação, via internet, da responsabilidade técnica e do nome do contabilista de uma empresa abandonada, mediante comunicação feita pelo profissional contábil. São medidas com impacto em nosso trabalho cujas soluções vínhamos discutindo há anos.

Lembro também as discussões em torno do Simples e suas emendas até chegar à universalização do regime; e mais a regulamentação da convergência do padrão contábil brasileiro às normas internacionais e a aprovação da lei que reformula o Decreto-lei 9.295, um avanço notável à profissão contábil.

Algumas questões não precisavam se arrastar tanto, a exemplo da decisão da Secretaria da Receita Federal do Brasil de autuar milhares de empresas, em todo o país, por causa de atraso na entrega das Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social -GFIP relativas aos anos de 2009 e 2010. A multa foi introduzida pela Lei nº 11.941/2009 no Regulamento da Previdência Social Lei nº 8.212/2009, Art. 32-A.

O CRCPR recebeu inúmeros pedidos para intervir junto ao Congresso Nacional para alterar essa legislação, pois entendem os contadores que a aplicação dessa penalidade é abusiva e contraria o próprio Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172/66. O atendimento da obrigação principal ou acessória, antes do início de procedimento fiscal, exclui a aplicação de penalidade. É o que consta no CTN e na IN SRF 971/09: Art. 138 do CTN: A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Art. 472 da IN SRF nº 971/09 Caso haja denúncia espontânea da infração, não cabe a lavratura de Auto de Infração para aplicação de penalidade pelo descumprimento de obrigação acessória. Parágrafo único. Considera-se denúncia espontânea o procedimento adotado pelo infrator que regularize a situação que tenha configurado a infração, antes do início de qualquer ação fiscal relacionada com a infração, dispensada a comunicação da correção da falta à RFB.

Várias foram as alterações nos sistemas da Caixa Econômica Federal encarregada de receber esses arquivos, especialmente nos anos de 2009 e 2010. Várias foram também as ocasiões em que os sistemas simplesmente ficavam fora do ar ou apresentavam problemas para a transmissão dos dados da GFIP.

Outro ponto questionável é o fato de a RFB, somente agora, passados quase cinco anos, emitir os autos de infração. O CRCPR está acompanhando a questão e atuando junto com a FENACON, em Brasília, para sensibilizar os parlamentares no sentido de anistiar as empresas em relação às multas aplicadas.

Se a classe contábil tivesse mais força política, com a presença efetiva de representantes no Congresso Nacional, pessoas que lidem com as questões com conhecimento de causa, situações como essa poderiam ser resolvidas mais facilmente. Até mesmo a reforma tributária – tão decisiva para o país, mas há décadas discutida – já poderia ter saído do papel.

LUCELIA LECHETA

Conselho Regional de Contabilidade do Paraná
Rua XV de Novembro, 2987 - Alto da XV
Cep: 80.045-340 - Curitiba - PR
Fone/Fax: (41) 3360-4700
e-mail: crcpr@crcpr.org.br
site: www.crcpr.org.br

Composição da Diretoria

Presidente: Lucelia Lecheta

Vice-presidente: Marcos Sebastião Rigoni de Mello

Câmara de Controle Interno
Vice-presidente: Fernando A. Borazo Ribeiro

Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina
Vice-presidente: João Gelásio Weber

Câmara de Registro
Vice-presidente: Sandro Di Carlo Teixeira

Câmara de Desenvolvimento Profissional
Vice-presidente: Elizangela de Paula Kuhn

Câmara de Desenvolvimento Regional
Vice-presidente: Mirandi José Bonissoni

Câmara Técnica
Vice-presidente: Moises Antônio Bortolotto

Relações Sociais
Vice-presidente: Narciso Doro Junior

Macrodelegados
Aguinaldo Mocelin • Hélio Francisco do Nascimento • Neiva Maria Dapont • Paulo Kazuo Yamamoto • Pedro Baraldi • Waldomiro Kluska

Composição do Plenário Efetivos
• Alberto Barbosa • Angelo Mocelin • Bento Rosa Junior • Carlos Augusto Bittencourt Gomes • Carlos Thadeu Fedalto • Elizangela de Paula Kuhn • Fabio Bonsenhor • Fernando Antonio Borazo Ribeiro • Gilmar Silvio Bachi • Ivo Destefeni • João Eloi Olenike • João Gelásio Weber • Laudelino Jochem • Lucelia Lecheta • Márcia Cristina de Almeida • Marcos Sebastião Rigoni de Mello • Mirandi José Bonissoni • Moises Antonio Bortolotto • Narciso Doro Junior • Narciso Luiz Rastelli • Ormelia Tereza da Silva • Osvaldo dos Santos • Paulo de Tarso Vieira Lopes • Paulo Kazuo Yamamoto • Roberto Aparecido Santos • Sandro Di Carlo Teixeira • Sergio Roberto Bebber

Composição do Plenário Suplentes
• Antônio Augusto Godoi de Oliveira • Antonio Moacir Pozzobon • Carlos Alfredo Muller • Cesar Alberto Ponte Dura • Claudio Renato Trevisan • Eliane Terezinha da Luz • Ernani Habitzreuter • Eurides Von Muhlen • Francisco Savi • Gilberto Jorge da Paz • Helio Maia da Silva • Hylcineia Deisy da Silva Liboni • Jair Luiz Welter • Jean Corradini • Jessica Harumi Dallagrana de Oliveira • Juarez Paim da Silveira • Luci Isabel Oliari Lira • Luiz Fernando Martins Alves • Marcelo Scomparin • Márcia Cristina Sprada Rossetim • Marcio José Assumpção • Marcos Aurélio Custódio • Nilva Amália Pasetto • Paulino José de Oliveira • Rafael Benjamim Cargnin Filho • Reginaldo Rodrigues de Paula • Valmir Luckmann (in memoriam)

expediente

Folha do CRCPR
Órgão de divulgação do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná

Diretor Superintendente
Gerson Luiz Borges de Macedo

Redação
Joaquim Pereira Barros - 0921/06/62v-PR
Adriana Iaizzo Magalhães – MTB-09730/PR

Diagramação
Neilor Armond Lopes

Impressão: Graciosa Gráfica e Editora
Tiragem: 32,5 mil exemplares

Comercial
imprensa@crcpr.org.br

Medidas trazem avanço histórico

para a classe contábil paranaense

O Decreto nº 12.232, assinado dia 24 de setembro, em Curitiba, elenca 22 medidas a serem implementadas pelo governo e a Secretaria da Receita Estadual (SEFA-PR) desburocratizando uma série de procedimentos que afetam diretamente a classe contábil paranaense – como a desvinculação, via internet, da responsabilidade técnica e do nome do contabilista de uma empresa abandonada, mediante comunicação feita pelo profissional contábil, dentre outras. "Essa é uma vitória histórica para a classe contábil paranaense, que consolida o esforço de entidades contábeis e empresariais em relação a pautas que há muito vinham sendo reivindicadas. É o resultado de muito diálogo e entendimento com a Receita Estadual", comemora Lucelia Lecheta, presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná.

Desburocratização: para Lucelia Lecheta, o Decreto nº 12.232, assinado por Sebastiani (à dir.) e o governador do Estado, é uma vitória histórica para a classe contábil.

Ao longo do ano, Lucelia e demais lideranças vinham se reunindo com o secretário de Estado da Fazenda, Luiz Eduardo Sebastiani, e o diretor da coordenação da Receita do Estado, José Aparecido Valencio da Silva, buscando soluções para um pacote de demandas, todas elas, segundo Lucelia, atendidas pelo decreto.

Para a presidente do CRCPR, são sete as medidas mais significativas do documento. Confira a seguir.

Até 31 de outubro de 2014, a Coordenação da Receita do Estado (CRE) deverá:

" (i) dispensar da obrigatoriedade da entrega de Escrituração Fiscal Digital - EFD os contribuintes optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte – Simples Nacional, desde a data da sua inclusão no referido regime;

(j) deixar de exigir retificações na Guia de Informação e Apuração do ICMS – GIA/ICMS quando: 1. O somatório das diferenças entre os seus campos 51 a 59 e 61 a 69, comparados aos seus equivalentes da EFD for inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais); 2. A diferença dos campos 60, 70, 80 e 90 for inferior a R$ 1,00 (um real), quando comparados aos seus equivalentes da EFD."

Ainda de acordo com o texto, o órgão deverá, até 31 de março de 2015:

"a) dispensar a entrega da GIA/ICMS, cujos dados serão extraídos da EFD entregue pelo contribuinte; (...)

c) instituir o Portal do Contabilista, permitindo que este visualize em relatório único as pendências de seus clientes;

d) possibilitar aos contabilistas a comunicação sobre o encerramento do contrato de prestação de serviços contábeis com seu cliente."

E até 30 de junho de 2015:

"a) disponibilizar aos contribuintes o download em lote dos seus arquivos Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, no formato ".xml", por meio do portal Receita/PR;

b) implantar a "Procuração Eletrônica", possibilitando ao sócio-administrador da empresa transferir a um terceiro sua prerrogativa de utilização dos serviços disponibilizados no portal Receita/PR."

Líderes contábeis marcaram presença no ato que selou a assinatura do Decreto no 12.232, na sede da SEFA/PR, junto a Sebastiani e Valencio: os presidentes do Sicontiba, Hugo Catossi, Sescap-PR, Mauro Kalinke, Fecopar, Divanzir Chiminacio, os vice-presidentes do CRCPR Marcos Rigoni de Mello (Administração e Finanças) e Narciso Doro Jr. (Relações Sociais), o coordenador estadual do PVCC, Maurício Gilberto Cândido, e o diretor jurídico do Sescap-PR, Euclides Locatelli.

As entidades empresariais que formam o G7 também estavam representadas. São elas a Federação do Comércio do Paraná (Fecomércio), pela qual participou o presidente Darci Piana, a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), a Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), a Federação da Agricultura do Paraná (Faep), a Federação das Empresas de Transporte de Carga (Fetranspar), a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (Faciap) e a Associação Comercial do Paraná (ACP). Participaram também o presidente da Jucepar, Ardisson Akel, e o vereador Hélio Wirbiski.

Entidades contábeis e empresariais participaram do ato de assinatura do decreto; à direita, os presidentes do Sicontiba, Hugo Catossi, Fecopar, Dvanzir Chiminacio, e Sescap-PR, Mauro Kalinke.

Fórum expõe aspectos c

Além do Primeiro Setor, que reúne as estruturas da administração pública, os governos, em todos os níveis e instâncias, há o Segundo, que concentra as empresas, a iniciativa privada, e o Terceiro, de caráter meio público e meio privado, que acolhe as Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL), Organizações da Sociedade Civil (OSC), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), Organizações Não-Governamentais (ONGs), todas as entidades, enfim, que atuam em atividades de assistência social, cultural, educacional, de saúde, pesquisa, esporte, defesa do patrimômio histórico e artístico, entre as principais.

Profissionais da contabilidade e representantes de entidades do Terceiro Setor participam do fórum, dia 24 de setembro, no auditório do CRCPR.

O Terceiro Setor teve uma grande expansão nas últimas décadas, e continua crescendo, a exemplo do que vem ocorrendo em todo o mundo. As estatísticas não são precisas, mas deve passar de 300 mil o número dessas organizações no país.

Paralelamente, para conter a corrupção e fraudes – muitos casos têm ocorrido -, há um esforço contínuo para modernizar o setor com melhores legislações, regras de controle e fiscalização, investimento em gestão, estrutura e mão-de-obra especializada e obediência aos princípios e normas contábeis.

Na abertura, a presidente do CRCPR, Lucelia Lecheta, destacou a importância do Terceiro Setor para melhorar a condição da população brasileira em áreas-chaves como educação e saúde. As organizações que vêm tendo sucesso reúnem qualidades tanto do Primeiro Setor - a vivência empresarial forjada na concorrência e na competência – como do Segundo, o privado: as exigências legais e éticas. A contabilidade, por outro lado, é um grande instrumento de apoio a essas organizações, disse a presidente.

Chamar a atenção para a importância da contabilidade, auditoria, adequação à legislação, sistema de tributação, prestação de contas e o e-social do Terceiro Setor foi a principal finalidade do 1º Fórum Paranaense do Terceiro Setor, dia 24 de setembro, das 8h às 17h, no auditório do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR), em Curitiba.

Realizado pelo CRCPR, com o apoio da prefeitura de Curitiba, Fundação de Ação Social (FAS) e OAB-PR, o evento reuniu cerca de 450 profissionais da contabilidade e representantes de entidades vivamente interessados na temática."A adesão do público ao fórum superou nossas expectativas. A procura por vagas foi muito grande, o suficiente para lotar o auditório do conselho, um sucesso", comemora a vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CRCPR, conselheira Elizangela de Paula Kuhn. Os alimentos arrecadados nas inscrições foram doados à Associação Cultural e Educação Infantil Menino Jesus – Creche Memino Jesus, em Maringá; Sociedade Espírita Capa dos Pobres, em Curitiba; e Carmelo N. S. d´Asumpção e São José, Curitiba.

Participaram ainda da solenidade o presidente da Federação dos Contabilistas do Paraná, Divanzir Chiminacio; Fábio Artigas Grillo, da OAB-PR; Márcia Fruet, presidente da FAS; Itália Bettega Joaquim, assessora de convênios da Secretaria de Educação de Curitiba; o vereador Hélio Wirbiski, e o diretor-geral do TCE-PR, Angelo Bizineli.

Divanzir Chiminacio, presidente da Fecopar;Fábio Artigas Grillo, da OAB-PR; Márcia Fruet, presidente da FAS; Lucélia Lecheta, presidente do CRCPR; Itália Bettega Joaquim, assessora de convênios da Secretaria de Educação de Curitiba, vereador Hélio Wirbiski, e o diretor-geral do TCE-PR, Angelo Bizineli.

Contabilidade e auditoria

Ivan Roberto dos Santos Pinto e Ricardo Monello falaram sobre o tema. Ivan Pinto é membro da Comissão de Estudos Técnicos do Terceiro Setor do CRC/RS e pós-graduado em Gestão das Organizações do Terceiro Setor (PUC-RS) enquanto Ricardo Monello, diretor da FENACON, tem experiência de mais de 20 anos em entidades do Terceiro Setor e é membro da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB-SP.

Ivan Roberto dos Santos Pinto e Ricardo Roberto Monello.

entrais do Terceiro Setor

Eles fizeram uma exposição detalhada sobre os aspectos contábeis e da auditoria das entidades do Terceiro Setor, como o estatuto social, os controles internos, o plano de contas, a escrituração contábil, as demonstrações contábeis, a prestações de contas, a responsabilidade dos gestores, o cruzamento de informações. O descumprimento das obrigações acessórias, por exemplo, retira direitos importantes das entidades.

A resolução do CFC N.º 1.409/12 , que aprovou a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, foi das legislações comentadas: Os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como educação, saúde, assistência social e demais atividades, diz a norma. "Esta obrigatoriedade da escrituração contábil ser de forma segregada é um dos requisitos da isenção, que consta no Decreto 7.237/2010, em seu Art.40", afirmou Ivan Roberto.

O objetivo da auditoria contábil é certificar os saldos e informações apresentados nas Demonstrações Financeiras em conformidade com os Princípios de Contabilidade e Normas a fim de apresentar a realidade econômica e financeira das entidades. Independente ou não de certificação, as entidades necessitam demonstrar para a sociedade e partes interessadas, de forma adequada, a origem e a aplicação de seus recursos. A auditoria independente desenvolve seu papel social certificando/validando/ verificando se a entidade está realmente preparada para receber recursos e se os recursos estão sendo aplicados de acordo com as condições pactuadas, a legislação e as diretrizes estatutárias.

Tributação incidente

Após um coffee break, os participantes tiveram a apresentação de Roque Sérgio D´Andrea Ribeiro da Silva sobre a tributação incidente sobre o Terceiro Setor. Ele é professor universitário, autor da apostila voltada ao Terceiro Setor "E-Learning" do Grupo Uninter. A imunidade tributária é justificada porque traduz o sentimento popular em oferecer justiça social na exata proporção de seus direitos. Esse 'benefício' tributário é o reconhecimento de que os recursos financeiros de que dispõe o Estado não são suficientes para a efetiva concretização de todos os valores concernentes à assistência social. Por meio da imunidade, o Estado busca a complementação de sua ação no campo da assistência social, pela atuação do terceiro setor. A imunidade, nesse sentido, assume a característica de uma verdadeira contraprestação do Estado pelo desenvolvimento das atividades de assistência social pelas entidades beneficentes. Apesar disso, o Estado esforça-se ao máximo para prestar assistência social, direta ou indiretamente, criando mecanismos que induzam a sociedade a participar dela.

Roque Sérgio D´Andrea Ribeiro da Silva.

Segundo Roque Sérgio D´Andrea Ribeiro da Silva o número de organizações não governamentais que recebem dinheiro federal é 0,6% das 340.000 instituições existentes no Brasil. Em outras palavras: "No Brasil, como mostra o levantamento feito pela ONG Contas Abertas, mais de 99% de entidades beneficentes sequer recebem dinheiro do governo federal (diretamente). Indiretamente sim através de renúncia fiscal.

Ainda conforme o palestrante, entre os inúmeros pontos analisados, uma das principais inovações da lei 12.868/13 que alterou a LEI 12.101/09, foi a possibilidade de remuneração de diretores, tanto estatutários, quanto registrados. Aponta para o profissionalismo das entidades.

Aplicação do e-Social

À tarde, Marcos Antônio Salustiano da Silva, auditor fiscal da Receita Federal do Brasil e sustentador do eSocial na Receita Federal no Paraná, falou sobre a aplicação do e-Social para o Terceiro Setor, a isenção das contribuições sociais. O eSocial é único para todos os empregadores e contribuintes. Procurando esclarecer as dúvidas, ele explicou ponto por ponto como deve ser feita a prestação de informações ao e-social.

Marcos Antônio Salustiano da Silva.

Prestação de contas

Na sequência, Rafael Morais Gonçalves Ayres, funcionário efetivo do TCE-PR atualmente na função de Gerente de Fiscalização de Transferências Voluntárias, abordou a questão da prestação de contas das organizações da sociedade civil e os novos parâmetros da Lei nº 13.019/14.

Segundo ele, o marco regulatório do Terceiro Setor é a Lei 13.019/14. Ela estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e nº 9.790, de 23 de março de 1999; garante alicerces mais fortes para a atuação conjunta e complementar do Estado com a Sociedade Civil.

Rafael Morais Gonçalves Ayres.

A contabilidade pública

As novas normas da contabilidade pública, ajustadas aos princípios internacionais, processo que ocorre também no setor privado, já eram para estar vigorando em todas as instâncias; 2015 é o prazo final para a inclusão de todos os entes públicos. Enquanto isso, a ordem é conferir se o pessoal que atua no setor está afinado com os conceitos e práticas. Teve essa finalidade o I Fórum Paranaense de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, realizado dias 23 e 24 de outubro, no auditório do CRCPR.

Na abertura do evento, o vice-presidente do CRCPR, Marcos Sebastião Rigoni de Mello, destacou os esforços do Conselho para promover atualização dos profissionais da contabilidade.

O coordenador da Comissão do Contador Público do CRCPR, Márcio Assumpção, saúda os participantes do fórum. Na mesa, tenente coronel do Exército João Silveira de Andrade; Marcos Rigoni de Mello, vice-presidente de Administração do CRCPR; Durval Amaral, vice-presidente do TCE-PR; Nilva Amália Paseto, da Academia de Ciências Contábeis do PR e o presidente da Junta Comercial do Paraná, Ardisson Naim Akel.

As contas do Exército

Em sua palestra, o tenente coronel João Silveira de Andrade e o capitão Wilson Renato da Rosa, da 5ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército, ambos contadores, revelaram os "segredos" das contas do Exército descrevendo como é feita a sua contabilidade e como funciona o seu sistema gerencial de custos – o Siscustos.

O Siscustos permite ao Exército aperfeiçoar seu planejamento estratégico-orçamentário, realizar uma gestão eficiente, eficaz e efetiva dos recursos que lhe são disponibilizados, na área fim (operacional) e nas áreas de apoio (saúde, educação, infraestrutura), melhorar a qualidade do gasto público e dar transparência da gestão dos recursos à sociedade brasileira.

Instrumento de transparência

Mestre em Ciências Contábeis e controladoria, especialista em contabilidade pública, controle interno governamental, comunicação e doutorando em administração, Valmir Alberto Thomé teceu um panorama sobre "A posição da contabilidade como instrumento de transparência e estímulo à participação popular na gestão pública".

A participação popular enquanto princípio constitucional ocorre quando o cidadão atua no interesse da coletividade, sem interesse individual imediato, visando superar alguma situação pelas vias administrativas ou judiciais.

A contabilidade do setor público

Contando com sua vasta experiência no Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA), do qual é presidente, Inaldo da Paixão Santos Araújo passou uma visão histórica sobre o papel dos tribunais de contas. Segundo ele, a grande preocupação do contribuinte é o destino final do seu imposto.

Professor universitário, é autor de várias obras e fez parte de grupos de trabalho que elaboraram as novas normas de contabilidade e de auditoria.

Avaliação e mensuração do patrimônio público

Foi esse o tema da palestra, dia 23, às 15h30, da contadora Michele Patrícia Roncalio, gerente de Estudos

é pauta de debate

e Normatização Contábil da Diretoria de Contabilidade da Secretaria da Fazenda de Santa Catarina, conselheira do CRC-SC na gestão 2010-2013, Vice-Presidente de Adm/Finanças (junho/2013), professora e autora de artigos e trabalhos tendo como principal ênfase a contabilidade e o controle no setor público.

Depois de revisar os conceitos e princípios básicos da contabilidade, porque são eles que apontam os caminhos, dão as diretrizes, a forma e os procedimentos, enfatizou a contabilidade patrimonial, demonstrando como os registros, as mensurações e evidenciações contábeis são feitos no estado de Santa Catarina.

À luz da legislação, os serviços contábeis devem ser organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Responsabilidades dos contadores

No dia 24, Sérgio Cavalieri Filho, procurador-geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), explanou sobre as "Responsabilidades civil e criminal dos contadores".

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, do qual foi presidente no biênio 2005/2006, Cavalieri foi diretor-geral da Escola da Magistratura do RJ, da qual é professor emérito, e presidente do extinto Tribunal da Alçada Cível. É professor e autor de livros e artigos sobre o tema.

Disse que a responsabilidade civil evoluiu de um sistema singelo para um sistema complexo, da culpa ao risco, e se deteve nas legislações atuais que preveem as responsabilidades dos profissionais da contabilidade, citando trechos da Constituição de 1988, do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil. Citando inúmeros exemplos de profissionais que incorreram em irresponsabilidades, resaltou a importância da ética como base do trabalho profissional.

Desafios do controle interno

A partir das 10h30, Luiz Gustavo Gomes Andreoli ministrou a palestra "Desafios e contribuições do controle interno no processo de implantação da nova contabilidade pública". Andreoli é secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Paraná (TCU/PR). Formado em Ciências Aeronáuticas e Direito, já trabalhou nos tribunais de contas do Rio Grande do Sul e Rondônia.

A importância da nova contabilidade, nesse contexto, é que ela não se restringe ao orçamento, pois evidencia todo o patrimônio das entidades do setor público, o ativo e o passivo, o a receber e o a pagar. "Só controlar gastos e receitas não basta. A boa contabilidade tem de aplicar o regime de competência, tem de ser abrangente. Precisamos melhorar a gestão da informação, devemos mostrar a composição do patrimônio público, disse ele. O contador público tem de estar presente e se valer do controle interno para dar boas informações. E, na nova contabilidade, boa informação é ao mesmo tempo relevante e confiável, prudente e completa. Ou seja: transparência sempre, para a sociedade exercer o seu controle", concluiu.

A situação dos municípios paranaenses

A palestra do diretor de Contas Municipais do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), Akichide Walter Ogasawara, sobre "A repercussão da Nova Contabilidade Pública no âmbito dos municípios paranaenses", além de revisão de conceitos já tratados, mostrou o ritmo do Paraná na adoção das novas regras e procedimentos contábeis sob uma mesma base conceitual permitindo comparabilidade com outros países e entidades do setor público nacionais e internacionais.

O Paraná é um dos estados que mais avançou nesse campo. O plano de contas adotado atende à estrutura e especificações conceituais do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, editado e mantido pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Mesa-redonda

Para encerrar, os participantes do fórum tiveram mais uma oportunidade de esclarecer dúvidas e complexidades que não puderam ser clareadas durante as palestras na mesa-redonda, com participação de Maurílio Guerreiro Campos, contador geral do Estado do Paraná; Antonio de Oliveira, contador da Prefeitura de Curitiba, Décio Vicente Galdino Cardin, contador membro da Comissão do Contador Público do CRCPR, autor do Manual do Gestor Público, e Edemilson José Pego, diretor no TCE-PR e coordenador da implantação do sistema de captação de dados da contabilidade do Estado do Paraná. A vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CRCPR, Elizangela de Paula Kuhn, atuou como moderadora.

14º Cecoc debate a govern

Estudantes de Ciências Contábeis, em sua maioria, além de professores e profissionais da contabilidade participaram de 27 a 29 de outubro, à noite, na PUC-PR, do 14º Ciclo de Estudos Contábeis de Curitiba.

Cerca de mil pessoas estiveram presentes à solenidade de abertura do Cecoc, dia 27, na PUC-PR.

Ao abrir o evento, a presidente do CRCPR, Lucélia Lecheta, ressaltou a preocupação com o ensino da contabilidade – os estudantes são a classe contábil do futuro. Depende muito da qualidade dos cursos e da dedicação dos professores formar profissionais que terão papel de destaque nas organizações contábeis, nos órgãos públicos e nas empresas.

Promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, em parceria com as coordenações de cursos de Ciências Contábeis e das entidades de classe - Federação dos Contabilistas do Paraná, Sescap-PR e Sindicato dos Contabilistas de Curitiba - o Cecoc é um dos mais importantes eventos paranaenses focados na discussão de temas atuais da contabilidade. Essa 14ª edição contou com a organização dos professores Claudio Marcelo Cordeiro, José Siderlei, Luci Michelon Lohmann, Lucio Tracz, Marcos Custódio, Moroni Cordeiro e Viviane da Costa Freitag.

Autoridades na cerimônia de abertura: Marcos Custódio, coordenador da Comissão de Coordenadores e Professores de Ciências Contábeis do CRCPR; Carlos Alexandre Peres, sócio da PWC; Marcelo Marco Bertoldi, coordenador geral do Paraná do IBGC; Luci Michelon Lohmann, coordenadora do curso de Ciências Contábeis do campus Curitiba da PUC-PR; Divanzir Chiminacio, presidente da Federação dos Contabilistas do Paraná; Lucélia Lecheta, presidente do CRCPR; Marciano de Almeida Cunha, professor do curso de Administração da Escola de Negócios da PUCPR; Dirceu Tadeu Vaz, vice-presidente do Sicontiba; Euclides Locatelli, diretor jurídico do Sescap-PR; Nivaldo Soares de Souza, Coordenador do Curso de Ciências Contábeis das Faculdades SPEI; Eduardo Damião, professor da Escola de Negócios da PUC-PR, professor Roberto Marcos Navarro e outros.

Talk show

Uma das maiores preocupações de gestores, na atualidade, a governança é promessa de melhoria do desempenho, eficiência, sucesso e da transparência das empresas e dos entes públicos, desafio que envolve em especial os profissionais da contabilidade.

Em tom de descontração, o talk show, que aconteceu no TUCA, foi transmitido simultaneamente para outros dois auditórios lotados da PUC, Tristão de Ataíde e Grégor Mendes, contando com cerca de 1.000 participantes, alguns deles tendo sido convidados ao palco para interagir com os palestrantes.

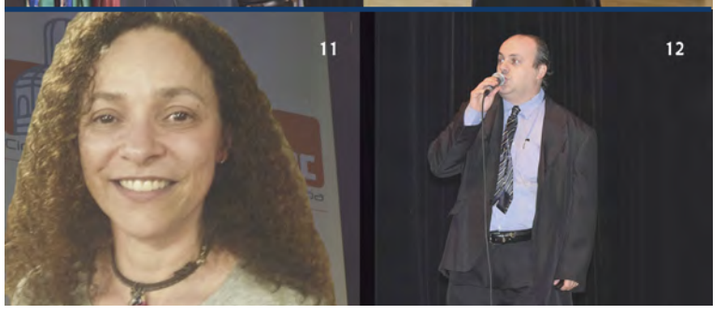
Palestras simultâneas

A programação dos dias 28 e 29 foi bastante movimentada, com palestras simultâneas em três auditórios da PUC-PR, o Tuca, o Tristão de Ataíde e o Grégor Mendel, uma rodada às 19h e outra às 20h45, total de 12 palestras.

1 - No TUCA, dia 28, 19h, o professor Clovis Padoveze, doutor em Contabilidade e Controladoria pela FEA-USP e responsável por várias áreas do curso de Mestrado Profissional em Administração da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Metodista de Piracicaba-SP (Unimep), falou sobre "O papel da controladoria na governança corporativa das empresas".
2 - No auditório Tristão de Ataíde, 19h, "Retórica nas práticas gerenciais: discurso e ações nas organizações" foi o título da palestra do professor Rony Ahlfeldt, coordenador pós-graduação em Gestão de Projetos da PUC-PR.

3 - Ainda na primeira rodada de palestras, no auditório Grégor Mendel, o professor Marcos Aurélio Custódio, coordenador de graduação e pós-graduação em Ciências Contábeis da Escola de Negócios da Universidade Positivo abordou o tema "Contabilidade e governança em empresas familiares".
4 - O professor Tomas Sparano Martins, doutor em Administração pela PUC-PR, coordenador do Mestrado em Gestão de Cooperativas da PUC-PR e professor de Marketing na UFPR, abriu os trabalhos no TUCA, às 20h45,com a palestra "Modelos de gestão".

ança pública e privada



5 - O "Processo de governança no setor público na busca da accountability" foi o tema da palestra de Márcio José Assumpção, analista de controle do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e coordenador da Comissão do Contador Público do CRCPR.
6 - Simultaneamente, o professor Nivaldo Soares de Souza, coordenador do Curso de Ciências Contábeis das Faculdades SPEI, ministrou no auditório Tristão de Ataíde a palestra "A importância da contabilidade na disseminação e prática da governança corporativa".
7 - A programação do dia 29 foi aberta com a palestra " Informações contábeis e inteligência organizacional", no Tuca, às 19h: o professor Denis Alcides Rezende caracterizou o perfil da organização inteligente. É a que adota a inteligência, a inovação, como modelo, tem um grande número de coleta de informações.
8 - "Gestão do comportamento humano nas organizações" foi o tema da palestra, às 19h, do professor Alex Weymer. A temática envolve os valores que cada individuo desenvolve, motivação, desempenho, liderança, competências pessoais, conhecimentos, habilidades e atitudes desejáveis nas organizações.
9 - Pesquisador da auditoria, autor do livro "Auditoria Interna e Operacional", o professor Cláudio Marcelo Rodrigues Cordeiro falou sobre "A Contabilidade como instrumento de prevenção e detecção de fraudes empresariais, apresentando o conceito de fraude, que não pode jamais ser confundida com erro.
10 - Em sua palestra "Perfis profissionais para o futuro da indústria e sua governança", o professor Sidarta Ruthes salientou que o profissional da contabilidade é um dos atores que possui uma base sólida de conhecimento para ajudar a responder a muitas indagações a respeito de barreiras técnicas, ciclo de vida de produtos, custos e outras inovações.
11 - No auditório Tristão de Ataíde, a professora Márcia Valéria Paixão, da Uninter, falou, às 19h, sobre "Governança e sustentatibilidade", apresentando as definições correntes de governança e sustentabilidade, concluindo que há hoje uma grande preocupação nas empresas modernas para levar em conta o meio ambiente e a sociedade.
12 - Às 20h45 começou uma nova rodada de palestras. Coordenador do Curso de Ciências Contábeis e professor da PUC/SP, o professor Fernando de Almeida Santos falou sobre governança na micro, pequena e média empresa – um tema que causa indagações porque imagina-se que somente grandes empresas poderiam se preocupar com a questão.

Parceria de verdade é aquela que traz sucesso!

Rentabilize ainda mais seu negócio com o MeuHolerite e tenha clientes muito mais satisfeitos

Portal interativo do RH, totalmente online, que:

- Gera demonstrativos de pagamentos, benefícios e ponto de forma rápida e eficiente.
- Dispensa a impressão de documentos e a coleta de assinaturas dos funcionários.
- Reduz as horas de trabalho do DP para produção do holerite.
- Integra-se facilmente a qualquer ponto eletrônico e folha de pagamento.

Conheça todas as vantagens de ser nosso parceiro pelo site meuholerite.com.br/parceirocontadorpr e solicite uma proposta!

contato@meuholerite.com.br
41 3312 1242 | 0800 001 2122

meuholerite
um serviço do Grupo Empolyer

Gente que Conta

Ganhadores do 3º Prêmio Científico do 14º Cecoc

A comissão organizadora do 14° Cecoc, formada pelos coordenadores de cursos de Ciências Contábeis e professores Claudio Marcelo Cordeiro, José Siderlei, Luci Michelon Lohmann, Lucio Tracz, Marcos Custódio, Moroni Cordeiro, Viviane da Costa Freitag realizou a entrega do Prêmio Científico do 14º Cecoc Paraná durante a abertura do evento, que aconteceu na PUCPR de 27 a 29 de outubro.

Na categoria ouro, voltada aos professores, pesquisadores, profissionais e estudantes de pós-graduação, os vencedores foram Celso Ranchuka e Vicente Pacheco, da UFPR, com o trabalho "Terceiro Setor: Esperança no Fortalecimento Social da Sociedade".

Já na categoria prata, para alunos, egressos de graduação e seus orientadores, o primeiro lugar ficou com Elisandrea Ruppel e Regiana Bocianoski, da Unicentro, Campus Irati, com o trabalho "Um estudo sobre a Organização e o Desenvolvimento do Processo Orçamentário em uma Distribuidora de Insumos Agrícolas". Em segundo, ficaram Felipe Silva Santos E Kerla Mattiello, da UEM, Campus Cianorte, com o trabalho "Um Estudo Acerca da Aplicação dos Conceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Construção do Orçamento Público pelos Vereadores de Cinco Cidades do Noroeste do Estado do Paraná".

Palestras abordam a profissão contábil em Palmas

O curso de Ciências Contábeis do Instituto Federal do Paraná – IFPR, campus de Palmas, promoveu, de 1 a 3 de outubro, uma programação com palestras especiais sobre a profissão, uma oportunidade para ouvir contabilistas experientes falando sobre a atividade e instituições que desempenham papel fundamental na contabilidade.

Profissionais da contabilidade conversam com estudantes do Instituto Federal do Paraná – IFPR, campus de Palmas.

Caso da Junta Comercial do Paraná, que coube ao contador e relator do órgão em Palmas, Jânio dos Santos Vargas, apresentar. A Junta Comercial é onde nascem as empresas. É onde também são feitas as alterações de contratos de endereço, objeto social, capital social, troca de sócios, e mesmo da natureza jurídica, explicou.

O delegado do CRCPR em Palmas e região, Francisco Antônio Fávero, explanou sobre o papel do sistema CFC – Conselho Federal de Contabilidade e CRCs – conselhos regionais de contabilidade, a obrigatoriedade de interessados em exercer a profissão contábil, concluído um curso contábil, fazerem o exame de suficiência. Descreveu os serviços que o CRCPR presta aos profissionais, começando pelo registro profissional, estendendo-se à fiscalização, cuja finalidade é proteger os bons profissionais, e os programas de educação continuada. Vários eventos foram realizados em Palmas, nos últimos anos, disse. Ele comentou ainda sobre a situação da profissão contábil no contexto das atividade sociais. "Na nossa vida, nada cai do céu, tudo o que queremos tem que ser conquistado com muito estudo, muita dedicação e principalmente ética e honestidade", concluiu.

Gente que Conta

Paranaguá já tem observatório social

Por iniciativa de lideranças locais, acaba de ser criado o Observatório Social de Paranaguá - OSP. A missão é ficar de olho na trajetória dos recursos arrecadados no município destinados a cobrir despesas com licitações.

"O primeiro passo foi dado. Até dezembro, a diretoria se reunirá semanalmente formulando o plano de trabalho para 2015. Estamos inclusive em fase de treinamento da equipe técnica, comandado pelo Observatório Social do Brasil que está nos dando o maior apoio nesta fase de implantação. Em 2015, iniciaremos o ano de trabalho efetivo e a expectativa é grande com os trabalhos direcionados para o controle das licitações e contratos, educação fiscal e políticas publicas", disse o presidente Everaldo Bonsenhor.

A posse da diretoria, dia 29 de outubro, foi prestigiada por empresários, servidores públicos e representantes do Observatório Social do Brasil-OSB, Ministério público, Ordem dos Advogados do Brasil-OAB, Associação dos Engenheiros, CRCPR, Fecopar, Sincolpar, RFB, CRA, maçonaria, Rotary, ACIAP, UNESPAR, UNATI e de outras entidades sociais.

Além de Everaldo, fazem parte da diretoria: Marilene Rodrigues de Oliveira, Elisandro Henrique Leonardi, Arlei Costa Junior, Maike dos Santos, Jefferson Andre Laurindo, Possidonia Brasilio Gonçalves Bonsenhor, Daniel Gustavo Giaretta Fangueiro, Izabel Cristina Ramos Martins do Carmo, Sami Mohamad Zahra, Bernardete Maria de Carvalho Leandro e Fábio Bonsenhor.

Delegacia de Planalto tem novo comando

Durante a sessão plenária do dia 24 de outubro, tomou posse a nova delegada regional do CRCPR na cidade de Planalto, a contadora Kacyara Maria Tovo Kinner. Na presença da diretoria do Conselho e de seus familiares, ela declarou que empenhará os melhores esforços para representar o CRCPR em sua região. A delegacia de Planalto atenderá também os profissionais de Capanema e de Pérola D'Oeste.

IX Encontro Estadual da Mulher Profissional - ES

Aconteceu no dia 17 de outubro, em Vitória (ES), o IX Encontro Estadual da Mulher Profissional da Contabilidade, promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo (CRCES). Lucélia Lecheta, presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR), foi uma das palestrantes convidadas e abordou o tema "Gestão de Escritório Contábil - A experiência de uma mulher empreendora". Ela falou sobre a experiência de criação, evolução e reestruruação do seu escritório contábil, instalado na cidade de Mandirituba, região metropolitana de Curitiba. Segundo ela, um dos maiores desafios da organização contábil é precificar serviços e reter talentos, bem como administrar questões gerenciais ligadas a controles internos, gestão de pessoas, indicadores de qualidade e desempenho e fidelização de clientes.

Estudante de contabilidade recebe prêmio do IEL

Iago França Lopes, estudante de Ciências Contábeis da UFPR, estagiário do Centro Internacional de Inovação do Senai no Paraná conquistou o prêmio "Sistema Indústria" do Instituto Euvaldo Lodi. Ele foi supervisionado no Senai por Enelvo Sanchotene Martinelli e orientado na UFPR pela professora Ilse Maria Beuren. A solenidade de premiação aconteceu dia 23 de setembro, no Campus da Indústria, em Curitiba.

Ao todo, foram quatro categorias de premiação: "Pequeno Porte" (Flaviana Casella Galli),"Médio Porte" (Camila Duarte Nesi), "Grande Porte" (Gustavo Walach Oliveira). Os vencedores de cada categoria receberam R$ 2 mil, troféu, certificado e irão representar o Paraná no Prêmio IEL de Estágio Nacional.

CRCPR apoia campanha de prevenção do câncer de mama

Durante todo o mês de outubro o CRCPR divulgou a campanha "Outubro Rosa", iniciativa de conscientização sobre a importância da prevenção e diagnóstico precoce do câncer em mulheres, em especial o de mama. O movimento teve início em 1990, durante a primeira Corrida pela Cura, em Nova Iorque. "É uma forma de lembrar, alertar as mulheres, para os cuidados da prevenção do câncer", ressalta a presidente do CRCPR, Lucelia Lecheta.

.

Incidência

Segundo o Instituto Nacional de Câncer, o câncer de mama é o mais incidente em mulheres, excetuando-se os casos de pele não melanoma, representando 25% do total de casos de câncer no mundo em 2012, com aproximadamente 1,7 milhão de casos novos naquele ano. É a quinta causa de morte por câncer em geral (522.000 óbitos) e a causa mais frequente de morte por câncer em mulheres.

No Brasil, excluídos os tumores de pele não melanoma, o câncer de mama também é o mais incidente em mulheres de todas as regiões, exceto na região Norte, onde o câncer do colo do útero ocupa a primeira posição. Para o ano de 2014 foram estimados 57.120 casos novos, que representam uma taxa de incidência de 56,1 casos por 100.000 mulheres.

A incidência do câncer de mama tende a crescer progressivamente a partir dos 40 anos, com exceção de países da Ásia. A mortalidade também aumenta progressivamente com a idade. Na população feminina abaixo de 40 anos, ocorrem menos de 20 óbitos a cada 100 mil mulheres, enquanto na faixa etária a partir de 60 anos o risco é mais do que o dobro.

Prevenções

A Sociedade Brasileira de Mastologia recomenda uma mamografia de base aos 35 anos, e anualmente a partir dos 40 anos. Outra medida importante é a realização do autoexame uma vez por mês. Nas mulheres que ainda menstruam, o recomendável é fazê-lo entre uma semana a dez dias após a menstruação. Cerca de 10% dos casos de câncer são palpáveis e não são visíveis na mamografia. Ferida no bico do seio, vazamento de algum líquido, nódulos, mama vermelha, ínguas nos gânglios embaixo das axilas, qualquer anormalidade deve ser informada a um médico.Nem sempre esses sinais indicam câncer, mas somente o exame pode detectar a doença.

Mulheres que possuem parentes de primeiro e segundo grau com câncer de mama ou de ovário fazem parte do grupo de risco, pois têm mais probabilidade de desenvolver a doença.

Fiscalização vai a Santo Antônio da Platina e Jacarezinho

A fiscalização do CRCPR acontece o ano todo em rodízio pelos municípios que fazem parte das 51 delegacias. No dia 30 de setembro e 1º de outubro, o vice-presidente de Administração do CRCPR, Marcos Sebastião Rigoni de Mello, e o gerente de Fiscalização, Dirceu Zonato, estiveram em Santo Antônio da Platina e Jacarezinho para apresentar o plano de fiscalização deste ano. Mais de 350 profissionais e quase 100 escritórios atuam na região das duas circunscrições, que compreendem também os municípios de Conselheiro Mairinck, Guapirama, Joaquim Távora, Jundiaí do Sul, Quatiguá, Ribeirão do Pinhal, Barra do Jacaré, Cambará, Carlópolis e Riberão Claro.

O vice-presidente de Administração do CRCPR, Marcos Sebastião Rigoni de Mello, fala sobre os objetivos da fiscalização.

Em Santo Antônio da Platina, a solenidade aconteceu, dia 30, às 20h, na Associação Comercial e Industrial, e em Jacarezinho, no dia seguinte, às 9h, no plenário da Câmara municipal. Além de inúmeros profissionais, lideranças locais, entre os presentes, o delegado do CRCPR em Santo Antônio da Platina, Valdemar Serra, e Judah Albino Batista, de Jacarezinho.

Lideranças da classe, entre os quais o delegado do CRCPR Valdemar Serra, e profissionais de Santo Antônio da Platina.

O vice-presidente do CRCPR e gerente de fiscalização falaram sobre as metas e procedimentos da fiscalização. O objetivo é sempre orientar e prevenir em relação ao não-cumprimento dos Princípios e das Normas Brasileiras de Contabilidade, ressaltaram.

Em Jacarezinho, o encontro foi no plenário da Câmara municipal. Entre os presentes, o delegado do CRCPR Judah Albino Batista.

São fiscalizadas as organizações contábeis, empresas com contabilidade própria, órgãos públicos, entidades sem fins lucrativos, instituições financeiras, entidades de ensino, poder judiciário, partidos políticos e outras entidades. São verificados os serviços contábeis, desde o controle de declarações de rendimento (Decores) a escriturações contábeis das empresas, passando pela verificação do registro cadastral das organizações e de seus sócios, alcançando também órgãos públicos, instituições financeiras, entidades sem fins lucrativos, partidos políticos e empresas que possuem contabilidade própria.

TOTAL GERAL DAS PRINCIPAIS INFRAÇÕES COMETIDAS	2012	2013
Não manter a escrituração contábil regular	324	292
Fornecer DECORE inidônea/irregular	125	226
Ausência do Comunicado Formal (Obrigatoriedade de Registro de Livros)	154	72
Demonstrações contábeis em desacordo as NBC's e/ou Incap. Técnica	35	56
Retenção de Doc; Incapacidade Técnica;Inexecução Serviços;Apropriação;etc	30	53
Não cumprimento da Notificação/Determinação Expressa do CRC PR	34	48
Sem registro cadastral - CAD (empresas/sócios)	74	46
Manter funcionário inabilitado (sem registro; reg. baixado; suspenso)	44	32
Deixar de fazer contrato de prestação de serviços	28	31
Sem registro profissional	37	28
Deixar de arquivar a 2ª Via da DECORE com a Doc. Probante Anexa	31	28
Omissão e/ou Erro na Identificação Profissional (falta nº de reg. categoria)	62	27
Empresário Individual sem Possuir Cadastro de Esc. Junto ao CRC PR	42	19
Manter sócio de forma irregular	0	
Deixar de averbação de alteração de endereço	0	
Deixar de averbar alteração cont.-Soc e Cont.e/ou CAD Irreg. (Emp/Sóc)	35	18
Registro baixado e/ou Não Transf.	10	11
Sem RCI e/ou RCI Baixado e CAD Esc. Individual (PJ) irregular	43	11
Registro provisório vencido	0	
Leigo exercendo serviços contábeis	10	10
Trabalhos de Auditoria (CRE) e/Ou Perícia Irregulares	6	4
Outras Infrações	12	2
TOTAL GERAL	**1136**	**1014**

Bate-papo esclarece dúvidas sobre o e-social

Um bate-papo, dia 29 de outubro, no horário das 19h às 21h30, no auditório do CRCPR, com representantes das principais áreas envolvidas com a implantação do e-social, levantou muitas questões e trouxe importantes esclarecimentos sobre o tema. A partir de 2015, o novo sistema promete mudar a forma como as empresas do Brasil lidam com as obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas.

Formado por profissionais que atuam em diferentes departamentos de empresas, o público acompanhou atentamente as discussões em torno do e-social e aproveitou a oportunidade para esclarecer dúvidas: o sistema entra em vigor em 2015.

O talk show foi organizado pela ABRH Paraná, em parceria com o CRCPR e a FIEP. Participou como moderador o assessor da Fiep Dorgival Lima Pereira e como debatedores de diferentes áreas: Marcelo Wanderley Guimarães – jurídica; Carlos Ogliari – recursos humanos; Elizângela de Paula Kuhn – contabilidade; Adriana Pasa – comunicação interna; Eline Terezinha Troian – medicina e segurança no trabalho.

De acordo com os debatedores, o e-social afeta profundamente a relação empregado- empregador e governo. A obrigatoriedade imposta pelo governo federal deve ter seus manuais e layouts finais liberados para testes, no final desse mês e durante 2015, devendo começar a ser exigido no final de 2015.

O entendimento geral é que, após a implantação, haverá redução da burocracia, os processos serão mais transparentes, contribuindo na fiscalização e acompanhamento do cumprimento dos direitos dos trabalhadores.

Participaram como debatedores de diferentes áreas: Marcelo Wanderley Guimarães – jurídica; Carlos Ogliari – recursos humanos; Elizângela de Paula Kuhn – contabilidade; Adriana Pasa – comunicação interna; Eline Terezinha Troian – medicina e segurança no trabalho.

Os palestrantes concordaram também que os maiores problemas estão na implantação do sistema todo, demandando muito esclarecimento aos empresários, especialmente aos pequenos e médios, que desconhecem questões da área de segurança e medicina do trabalho, que precisarão antecipar-se aos problemas como substituição de empregados, contratações, programações de férias, desligamentos, etc. O cadastro unificado, com inúmeras informações adicionais, como atestados médicos, dados de dependentes, descrição de atividades, e outras, demandará mudanças de comportamento nas empresas, assim como uma integração maior com todos os envolvidos no processo, e não somente os recursos humanos.

Os contadores, como um dos principais agentes de implantação do e-social, especialmente nas pequenas e médias empresas, esperam que os empresários sejam mais informados sobre essas mudanças, por parte do governo e das entidades empresariais; que não se trate de mais uma obrigação social que o contador terá de resolver sozinho.

O assessor da Fiep Dorgival Lima Pereira foi o moderador do bate-papo.

Entidades contábeis discutem com o COAF a lei de prevenção à lavagem de dinheiro

A Lei 9.613, que trata da prevenção de lavagem de dinheiro e cria obrigações aos profissionais da contabilidade, foi pauta de seminários promovidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em Brasília (DF), dia 28 de outubro, Recife (PE), dia 30, e Curitiba (PR), dia 4 de novembro. As discussões tiveram a participação de representantes do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon) e de várias outras entidades.

Em Curitiba, o seminário aconteceu na sede do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR) e contou com a participação de representantes de CRCs de todos os estados das regiões Sul e Sudeste e de diversas entidades da classe contábil dessas regiões, entre elas: Fecopar, Sicontiba, Sescon Serra Gaúcha, Sescon SC, Sescon Blumenau, Sescon Grande Florianópolis, Sescon ES, Sescon RJ, Sescap Londrina, Sescap Campos Gerais, Sincolon, Sincolpar, entre outras.

Entre os presentes, a presidente do CRCPR, Lucélia Lecheta; o presidente do Coaf, Antonio Gustavo Rodrigues; o presidente do Ibracon, Eduardo Pocetti; o vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina do CFC, Luiz Fernando Nóbrega; o coordenador de Fiscalização do CFC, Ricardo da Silva Carvalho; o coordenador Jurídico do CFC, Rodrigo Magalhães de Oliveira; o diretor de Assuntos Jurídicos da Fenacon, Ricardo Roberto Monello, o superintendente do Ibracon, Marco Aurélio Fuchida.

O presidente do COAF, Antonio Gustavo Rodrigues, argumentou em diversos momentos que as leis e regulamentações de prevenção à lavagem de dinheiro são importantes ferramentas de combate ao crime organizado, em todo o mundo, e que os profissionais da contabilidade são figuras chave para que sejam levadas a sério. Disse ainda que o principal alvo de atenção dos contabilistas devem ser as operações que envolvem grandes montantes em dinheiro vivo, visto que não podem ser rastreadas, e que todos devem se preocupar em conhecer melhor seus clientes para discernirem se dada movimentação pode ou não ser considerada suspeita, observando ações que aparentem não ser resultantes de atividades ou negócios usuais do cliente ou do seu ramo de negócio, que sejam incompatíveis com seu patrimônio, nas quais não seja possível identificar o beneficiário, além de ocorrer resistência, por parte do cliente ou demais envolvidos, no fornecimento de informações para a formalização do cadastro ou o registro da operação, entre outros indícios listados na resolução nº 24/13 do COAF.

Madalozzo, ex-presidente do CRCPR deixa legado à classe contábil

Familiares, amigos e colegas de profissão despediram-se do contabilista José Carlos Madalozzo na tarde de 15 de outubro, no cemitério Santa Luiza, em Ponta Grossa, PR.

Nascido em 1° de dezembro de 1943, filho mais novo dos cinco que tiveram José Madalosso e Jovina Gomes Madalosso, ingressou na carreira contábil em 1964, em Curitiba, pouco antes de formar-se Técnico em Contabilidade pela Academia de Comércio.

Dos tempos de faculdade – graduou-se em 1969 na Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná (FESP)– levou amizades para toda a vida, como a do contabilista César Augusto Bess, que se emocionou ao falar à Folha sobre o amigo: "Tivemos um convívio de quase 50 anos. Uma pessoa corretíssima, extraordinária, de grande valor pessoal e profissional. Estivemos juntos em vários eventos da classe contábil, fomos conselheiros (do CRCPR) na mesma época, vi nascerem seus filhos. Faltam palavras para descrever meus sentimentos por ele."

Fundou em 1967 seu primeiro escritório contábil e casou-se em 1968 com Sônia Fernandes Madalozzo. Sua empresa, a Madalozzo Organizações Contábeis, Assessoria e Consultoria Ltda., onde trabalha o mais novo dos três filhos, Alexandre, é uma das mais tradicionais de Ponta Grossa. José Carlos Madalozzo Júnior, o filho mais velho, é advogado. A filha do meio, Fabiana Fernandes Madalozzo Coppla, é cirurgiã dentista.

Em 1977, Madalozzo despertou para outra vocação: a de professor universitário. Deu aulas na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) até aposentar-se, em 2001. No biênio 1992/1993 foi o chefe do Departamento de Contabilidade.

Junto às entidades de classe, atuou como auditor independente credenciado pela Organização das Cooperativas Brasileiras, perito judicial das Varas Cíveis, Criminais, Família, Varas Cíveis Federais e Juntas de Conciliação e Julgamento de Ponta Grossa, Curitiba e diversos municípios da região. Foi tesoureiro do Sindicato dos Contabilistas de Ponta Grossa de 1974 a 1983 e ocupava a cadeira n° 34 da Academia de Ciências Contábeis do Paraná desde 1994.

Conselheiro

No Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRC-PR), Madalozzo atuou como delegado de 1976 a 1985, foi conselheiro efetivo de 1978 a 1990, vice-presidente de 1984 a 1985 e presidente na gestão 1986 a 1987. Atuou também no Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como conselheiro suplente, nas gestões 1992 a 1993 e 1994 a 1997. "Ele sempre demonstrou ser uma pessoa muito capaz", lembra Moacir Carlos Baggio, ex-conselheiro do CRCPR e membro da Academia Paranaense de Academia de Ciências Contábeis do Paraná. Os dois atuaram juntos na organização do XI Congresso Brasileiro de Contabilidade, em 1980. "Uma forte lembrança que me vem à mente é de que ele era muito bom professor, muito querido pelos alunos. Enfim, uma pessoa com caráter, muito correto, que fazia o bem", concluiu.

Pesquisa busca opinião

de profissionais sobre Exame de Suficiência

Como subsídio à monografia de conclusão de seu curso de mestrado em Ciências Contábeis na Universidade Federal de Pernanbuco (UFPE), a estudante Nadielli Galvão desenvolveu uma pesquisa para conhecer a opinião dos contadores sobre o Exame de Suficiência, que vem sendo aplicado pelo sistema Conselho Federal de Contabilidade-CRCs ao longo dos últimos quatro anos, desde a promulgação da Lei nº 12.249/2010, que o instituiu.

Para validar a pesquisa, Nadielli necessita de um mínimo de 400 respostas ao questionário. O Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR) está colaborando com a estudante, divulgando o questionário que pode ser respondido pela internet. A pesquisa Percepção dos Contadores sobre o Exame de Suficiência estará disponível na internet até o fim do mês de dezembro de 2014 no link - https://docs.google.com/forms/d/1pI-kRySdbEaSQRx8xC4a6fQxDeKq3YvxcAfxj0dQr9U/viewform.

O exame de suficiência foi instituído pela Lei nº 12.249/2010, que alterou o artigo 12 do Decreto-Lei nº 9.295/46, estabelecendo os seguintes requisitos para o exercício da profissão contábil: diploma de Bacharel em Ciências Contábeis ou de Técnico em Contabilidade, aprovação em Exame de Suficiência e registro no Conselho Regional de Contabilidade. A Resolução CFC nº 1.301/10 regulamenta o exame, desde a sua conceituação, periodicidade, aplicabilidade, aprovação e conteúdo programático das provas, até aspectos da realização e aplicação, além dos recursos, prazos e questões gerais.

COMUNICADO DO CFC: Obrigatoriedade do Exame de Suficiência para Técnicos em Contabilidade

O Conselho Federal de Contabilidade comunica que a veiculação de informações, por meio de matérias divulgadas recentemente em veículos de comunicação, acerca da não obrigatoriedade de Exame de Suficiência para a categoria de técnico em contabilidade não corresponde à realidade do entendimento dos tribunais.

Decisões de tribunais federais distintos têm reconhecido a exigibilidade de aprovação em Exame de Suficiência como requisito para obtenção de registro profissional, tanto para contadores como para técnicos em contabilidade que concluíram sua formação posteriormente à entrada em vigor da Lei nº 12.249/2010.

A decisão do TRF da 3ª Região, que embasa a matéria veiculada, não discute, diretamente, a legalidade do exame para os técnicos em contabilidade, mas tão somente a possibilidade de o estudante do curso de Técnico em Contabilidade realizar a prova do Exame de Suficiência antes da sua conclusão, assim como já acontece com os estudantes de Ciências Contábeis do último ano da graduação.

É importante esclarecer que decisões proferidas em processos judiciais nos quais os demais Conselhos Regionais não figuram como parte, não produzem efeitos diretos sobre os seus registrados.

Ressalta-se que o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Contabilidade mantêm à disposição dos profissionais e da sociedade em geral diversos canais de comunicação através dos quais podem ser encaminhadas manifestações, analisando e respondendo a cada uma das demandas recebidas.

No mais, acrescentamos que os Conselhos de Contabilidade não se furtarão em defender, mesmo que judicialmente, os seus entendimentos, princípios e a legalidade que sempre nortearam os atos dessas instituições.

José Martonio Alves Coelho
Presidente

Espaço da Junta

Dispensadas certidões negativas em arquivamento nas juntas comerciais

Armando Lira - Vogal representante da classe contábil

A Lei Complementar 147/2014 traz alguns aspectos relevantes para a prática contábil. Com seu advento, foi dispensada a apresentação das Certidões Negativas de Débitos nos atos de redução, transferência de controle societário, transformação, fusão, incorporação, cisão, conversão de tipo jurídico e distrato social. Há, nessa definição, um fato novo que desvincula os órgãos registradores da função supletiva de fiscalização do erário.

No caso das baixas, caso sejam identificados débitos tributários nas empresas encerradas, os sócios serão responsabilizados como previsto na regra atual - medida esta que em muito desburocratiza os procedimentos do registro empresarial. Se, por um lado, melhora o ambiente de negócios, por outro imputa muita responsabilidade aos profissionais de contabilidade quanto aos princípios éticos e de transparência em relação à transferência de controle de quotas.

Vamos aos esclarecimentos: as certidões negativas que até então vinham sendo exigidas, impediam, ou melhor, dificultavam sobremaneira a realização de negócios jurídicos eivados de vícios, sobretudo, daqueles que buscam livrar-se de passivos tributários, transferindo assim dívidas para incautos e/ou mesmo para pessoas simples e humildes que, por sua índole e boa fé, pouco sabiam o que estavam assinando.

Muitos colegas podem argumentar que apenas instrumentalizam a vontade entre as partes, mesmo porque não podem interferir no negócio jurídico. Cumpre relevar que o artigo 1.003, parágrafo único do Código Civil, mitiga esta condição ao prazo de dois anos para que o sócio retirante ainda responda solidariamente por débitos com terceiros.

De fato, o argumento é válido para quem não possui nenhum conhecimento do objeto, melhor dizendo, das condições da empresa quanto a sua saúde financeira e tributária. Do contrário, poderão correr sério risco de serem partícipes de situações que não estejam bem claras por simulação de negócio jurídico previsto nos artigos 166 e seguintes do Código Civil de 2002.

Sob outro prisma, temos a Resolução CFC 1.445/2013 que estabelece normas quanto às informações que devem ser prestadas ao COAF com fins de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, incluídas nestas informações as societárias, previstas no artigo 1º inciso V da referida resolução.

Esses aspectos não podem ser olvidados, para que as hipóteses principalmente de transferências de controle de quotas estejam dentro da segurança jurídica necessária, resguardando assim o profissional da contabilidade com isenção em prol do seu cliente e da sociedade.

Conheça os delegados do CRCPR

Marisa Salete Rippel - delegada do CRCPR em Medianeira

Além desse município, a delegacia abrange os municípios de Itaipulândia, Matelândia, Medianeira, Missal, Ramilândia, Santa Helena, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, jurisdição onde atuam 294 profissionais com registro ativo e 68 escritórios.

A delegacia funciona na Av. Brasília, 1455 – 1º andar - sala 01 - Centro

Contatos: (45) 3264-1344

e-mail: marisa.ocitaipu@medianeira.com.br

Mauro Luís Moreschi - delegado do CRCPR em São José dos Pinhais

Além desse município, a delegacia abrange também Agudos do Sul e Tijucas do Sul, região onde trabalham atualmente 928 profissionais com registro ativo e funcionam 172 organizações contábeis.

A delegacia fica na Rua Voluntários da Pátria, 112, 1º andar.

Contatos: (41) 3282-0915

e-mail: mauro@contam.com.br

Ney Patrício da Costa - delegado do CRCPR na região de Foz do Iguaçu

Além de Foz do Iguaçu, a delegacia abrange ainda o município de Santa Terezinha de Itaipu, jurisdição onde trabalham atualmente 682 profissionais com registro ativo e funcionam 151 organizações contábeis.

A delegacia fica na Av. Brasil, 1924 – centro.

Contatos: (45) 3523-5644;

e-mail: neypatricio@ntecfoz.com.br

Pedro Baraldi - delegado do CRCPR em Paranavaí

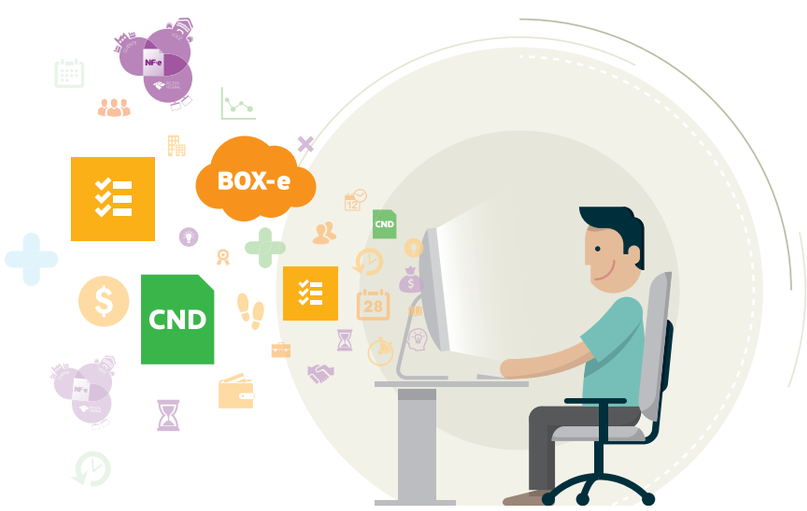
Além de Paranavaí, a delegacia abrange ainda os municípios de Amaporã, Graciosa, Guairacá, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Paraíso do Norte, Planaltina do Paraná, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, Tamboara e Terra Rica, jurisdição onde atuam 402 profissionais com registro ativo e 88 organizações contábeis.

A delegacia fica na Rua Pernambuco, 362 - centro.
Contatos: (44) 3421-2150;
e-mail: pedrobaraldi@gmail.com

agenciagigante.com.br

Atendimento

ATENDENDO COM EFICIÊNCIA SUA EMPRESA DE CONTABILIDADE E SEUS CLIENTES.



Para ficar ainda mais completo, o Domínio Atendimento está com uma nova funcionalidade, o gerenciamento completo de Certidão Negativa de Débito (CND). Além de buscar e emitir automaticamente as CND na Internet, com ela você armazena, registra e pode controlar a periodicidade e o vencimento dos documentos. O sistema também tem a opção de publicar automaticamente a CND para o cliente e enviar e-mail com notificações. Tudo rápido, fácil e organizado.

AGORA COM CONTROLE DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO.

GRÁTIS
PARA CLIENTES DOMÍNIO CONTÁBIL PLUS E DOMÍNIO EMPRESARIAL

domínio sistemas
Now part of Thomson Reuters

UNIDADES DE NEGÓCIO:
Curitiba: (41) 3221-1100 Londrina: (43) 3031-4995
www.dominiosistemas.com.br

0800 724 7777

www.sage.com.br

IMAGINE +

Você imagina e nós te ajudamos com as melhores soluções para a produtividade do seu escritório contábil. Com os softwares EBS - Sistema Cordilheira de Gestão Contábil você tem mais tranquilidade na rotina do escritório contábil. Especialmente desenvolvido para o controle e gerenciamento da área contábil, tributária e recursos humanos, oferece agilidade, segurança e rentabilidade a todo o processo administrativo.

- EBS Recursos Humanos
- EBS Escrita Fiscal
- EBS Sistema Contábil
- EBS Controle Patrimonial
- Sage Relacionamento
- Software 100% preparado para o eSocial

Somos a Sage, multinacional britânica com mais de 6 milhões de clientes no mundo, que no Brasil atua com as linhas de produtos:

IOB | Folhamatic | EBS | Cenize | Sage XRT

sage